

A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA SEGUNDO A TEORIA MARXISTA E MENSURADA POR UM ÍNDICE

Diana Chaukat Chaib¹
Débora Juliene Pereira Lima²

Resumo: A Teoria Marxista da Dependência surgiu como uma crítica à ideia convencional de que o subdesenvolvimento representa intrinsecamente a ausência do desenvolvimento. Os autores dessa teoria advogam que um dos fenômenos que caracterizam a dependência é a transferência de valor das economias periféricas para as centrais e a superexploração do trabalho. Todavia, as teorias marxistas, em geral, apresentam um grau elevado de abstração e os métodos de análise da situação de dependência são congêneres. Com o objetivo de diminuir o grau de abstração, este trabalho quantificou a dependência econômica de Argentina, Brasil e Chile no período que compreende os anos de 1990 até 2014. Para isso, foi construído o Índice de Dependência Econômica com base em orientações teóricas marxistas e na metodologia de Quintela (2011). Os resultados mostraram que a dependência econômica desses três países aumentou nos anos 1990 e se reduziu a partir dos anos 2000.

Palavras-chave: Dependência, Marxista, Índice.

1 Introdução

O debate dos anos 1960 sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento girava em torno da influência da participação do capital estrangeiro nos países periféricos: os investimentos externos seriam responsáveis por dinamizar as economias ou construir um obstáculo ao crescimento desses países? Essa indagação se evidencia no círculo vicioso de Gunnar Myrdal. De um lado, as economias subdesenvolvidas necessitavam de investimentos não oferecidos pela iniciativa privada, enquanto do outro lado, a política de importação de bens e serviços, empréstimos para criação de infraestrutura e atração do capital estrangeiro, acarretaria em um endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, o que agravaria a dependência externa (MACHADO, 1999).

Nesse cenário, a Teoria da Dependência surgiu com o intuito de explicar as características do subdesenvolvimento socioeconômico da América Latina no período entre 1930 e 1945. O contexto era a superação do Processo de Substituição de Importações com a internacionalização do comércio mundial guiado pela hegemonia norte-americana. A Teoria da Dependência se propõe a compreender a reprodução do sistema capitalista nos países periféricos como um sistema que cria e amplia as desigualdades entre termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de

¹Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

²Professora adjunta de Economia da Universidade Federal de Alfenas.

modo que a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE, 2007).

Uma das vertentes da Teoria da Dependência explica esse fenômeno com base em orientações teóricas marxistas. Segundo essa teoria, para que haja aumento do excedente produzido na periferia (a ser apropriado pelo centro) ocorre a superexploração do trabalho, ou seja, uma extração de mais valia extra. Todavia, a Teoria Marxista da Dependência apresenta um grau elevado de abstração e os métodos de análise da situação de dependência são congêneres. Diante disso, o objetivo principal desta pesquisa é quantificar a dependência econômica da Argentina, do Chile e do Brasil. Estes países foram escolhidos pela importância histórico-econômica na América Latina e em função das suas opções de política desde a década de 1990.

Sendo assim, este estudo propõe a criação de um Índice de Dependência Econômica (IDE) para esses países no período de 1990 até 2014. A década de 1990 foi escolhida em função da consolidação da inserção dos três países (Argentina, Brasil e Chile) nos marcos estruturais do neoliberalismo, conforme a orientação do Consenso de Washington. O ano de 2014 é o último do período em função da disponibilidade dos dados utilizados para a construção do Índice.

A criação do IDE simboliza a redução do grau de abstração da Teoria e uma nova forma metodológica de abordar a dependência dos países periféricos. A sua construção ocorreu com base orientações teóricas da vertente marxista da dependência e com a utilização dos métodos de Quintela (2011), conforme será detalhado na metodologia. Para cumprir o objetivo proposto, este trabalho está estruturado em seis seções além desta introdução. A seção dois apresenta a Teoria Marxista da Dependência e a seção três apresenta a metodologia. Na quarta seção estão os resultados e a discussão, e por fim, as considerações finais e as referências.

2 Teoria Marxista da Dependência

Essa vertente da Teoria da Dependência surgiu como uma crítica à ideia tradicional de que o subdesenvolvimento representa necessariamente a ausência de desenvolvimento. Além disso, essa teoria apresenta a noção de que essas situações antagônicas (desenvolvimento e subdesenvolvimento) devem ser entendidas como aspectos diferentes de um processo universal: o capitalismo. Dessa maneira, o subdesenvolvimento não deve ser considerado como uma condição primeira de um processo evolutivo. Tal como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a ideia de centro e periferia também é tida como elementos opostos de uma mesma unidade dialética.

Marini (2000) aponta que os teóricos marxistas apresentaram dois tipos de desvios ao analisar a dependência na América Latina: a substituição do acontecimento concreto pela ideia abstrata ou a modificação da ideia em função da aceitação de sua formulação pura. Enquanto a primeira situação se deu, sobretudo, no campo da história econômica; o segundo tipo de desvio foi

mais frequente no campo da sociologia, no qual os estudiosos recorrem a outros enfoques metodológicos e teóricos.

Estes desvios surgem de uma verdadeira dificuldade. Diante do parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia da América Latina apresenta peculiaridades no processo histórico que muitas vezes são tidas como insuficiências. Assim, torna-se essencial retomar nos estudos desse cenário a noção de “pré-capitalismo”. Vale ter em mente que essa ideia se refere a aspectos de uma realidade que não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais do que um capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que ganha sentido apenas quando contemplado tanto a nível nacional como a nível internacional (MARINI, 2000).

Essa ideia se reproduz, sobretudo, quando se trata do capitalismo da América Latina como se constituiu nos últimos tempos. Em um âmbito geral, também se encaixa para a economia exportadora. Todavia, quando o intuito é entender o processo de conversão de uma na outra, é a luz desta última que se deve estudar aquela. Em outras palavras, é o entendimento da forma particular que o capitalismo dependente latino americano adotou que guia o estudo de sua formação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado, a dependência (MARINI, 2000).

Assim, o autor observa que, sendo correto afirmar que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas incide sobre as formas mais embrionárias, também se torna certo que o desenvolvimento de determinada sociedade, ainda que insuficiente, torne mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. Nas palavras de Marx (2013): “a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco”. Isso implica que, a categoria mais simples pode expressar simultaneamente as relações dominantes de um todo não desenvolvido e as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações tais que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido de uma categoria mais concreta (MARINI, 2000).

Desse modo, as categorias marxistas devem ser aplicadas na identificação desse elemento. Em particular, essas categorias não devem simplesmente substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam e é por isso que a análise precisa ponderá-las, sem que isso implique no rompimento com o fio do raciocínio marxista (MARINI, 2000).

Em suma, Marini (2000) buscou deixar evidente importância de estudar o funcionamento do capitalismo em sua formação mais inicial, isto é, em economias como os países da América Latina, para que posteriormente seja buscado entender o funcionamento das economias em estágios mais avançados. Além disso, o autor atentou para o fato de que a categoria mais simples é capaz de expressar relações dominantes e relações subordinadas. Diante disso, é importante definir alguns elementos gerais dessa vertente.

2.1 A Transferência de Valor

O processo de transformação da mais-valia absoluta³ em mais-valia relativa nos países industriais, tratado anteriormente, é compreendido como uma forma de exploração do trabalho que, baseada nas mudanças das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização da força de trabalho. Diante disso, Marini (2000) considera como essencial o esclarecimento feito sobre os conceitos de mais-valia relativa e o de produtividade. Uma maior produtividade do trabalho não garante, por si só, um aumento na mais-valia relativa. Um aumento na capacidade produtiva implica na ideia de que o trabalhador está criando mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. É isso que induz o capitalista individual a buscar incessantemente o aumento da produtividade, uma vez que isso ocasiona uma redução no valor individual de sua mercadoria em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia ainda maior do que a de seus competidores, em outras palavras, uma mais-valia extraordinária.

Nesse sentido, Marini (2000) mostra que essa ideia de mais-valia extraordinária acarreta em uma mudança da divisão geral da mais-valia entre os capitalistas, deixando, todavia, inalterado o grau de exploração do trabalho. Se o mecanismo que permite o aumento da produtividade se estende para as demais empresas, tornando uniforme a taxa de produtividade, isso não acarreta na elevação da taxa de mais-valia. O que aumenta é apenas a massa de produtos, sem causar uma variação no seu valor ou uma diminuição da unidade de produto proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho. O resultado seria justamente o contrário do incremento da mais-valia, sua diminuição. Isso se explica porque, na verdade, o que determina a taxa de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, uma relação entre o tempo de trabalho excedente (quando o operário está produzindo mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (quando o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, o que é equivalente ao seu salário). Uma alteração nessa proporção, favorecendo o capitalista, aumentando o trabalho excedente sobre o necessário, é capaz de modificar a taxa de mais-valia. Para tanto, a redução do valor social das mercadorias deve refletir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Dessa forma, o autor conclui que a taxa de mais-valia relativa está

³Essa forma é caracterizada por um aumento da jornada de trabalho, ao passo que a mais-valia relativa representa a intensificação da produção de mais valor sem que seja alterada a jornada de trabalho.

relacionada, essencialmente, à desvalorização dos bens-salário, para o que colabora, no geral, a produtividade do trabalho.

Marini (2000) evidencia que esse esclarecimento é de fundamental importância para que se possa compreender de que forma a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na mais-valia relativa. Anteriormente, o autor havia considerado que uma das funções atribuídas a essa região foi a de prover os países industriais dos alimentos demandados pelo crescimento da classe operária. Esse processo de oferta mundial de alimentos, que contou com a contribuição dos países dessa região, foi um importante elemento que incentivou a confiança dos países industriais no comércio exterior no que diz respeito a suas necessidades de meios de subsistência. O resultado dessa oferta foi a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, permitindo que o incremento da produtividade seja refletido em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, diante dessa incorporação do mercado mundial, a América Latina representa um importante papel no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Nesse contexto, antes de esclarecer quais foram as condições internas de produção que permitiram à América Latina cumprir o papel descrito acima, o autor atenta ao fato de que não é só na economia que a dependência latino-americana se faz contraditória, mas também na sua participação no modo de produção capitalista nos países industriais. Isso se deve ao fato de que, um aumento na produtividade do trabalho implica em um consumo mais que proporcional de matérias primas. A proporção que esse aumento na capacidade produtiva é acompanhado de uma maior mais-valia relativa, o que se observa é uma diminuição do valor do capital variável frente ao valor do capital constante⁴, em outras palavras, aumenta-se a composição- valor do capital. Dessa maneira, o que é apropriado pelo capitalista não é a mais-valia que se é produzida, mas a parte desta que corresponde ao lucro. Como a parcela do lucro é dada sobre o total do capital envolvido no processo de produção⁵, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser uma elevação do valor do capital constante empregado para produzi-la e, conseqüentemente, uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Essa controvérsia, segundo Marini (2000), crucial para a acumulação capitalista é evidenciada na contraposição de diversos mecanismos que se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, compensando a queda na taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma diminuição no valor do capital constante. Nesse segundo elemento, o que chama atenção é a oferta mundial de matérias primas industriais que se apresenta como contraponto a oferta mundial de alimentos. Tal como ocorre nesta, é diante do aumento da massa de produtos cada

⁴Segundo o próprio autor, o capital constante inclui as matérias primas (MARINI, 2000).

⁵O autor define esse capital como salários, instalações, maquinário e matérias primas (MARINI, 2000).

vez mais baratos no cenário internacional, que a América Latina alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais e contribui para que sejam superados os obstáculos que a essência contraditória da acumulação de capital cria para essa expansão. Todavia, o autor afirma que é preciso atentar para o fato de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido seguido da queda dos preços desses produtos. Isso evidencia que, nas palavras de Marini (2000): “a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários”. Assim sendo, vale questionar quais as razões de ocorrência desse fenômeno e por quais motivos esse fenômeno não representou um desestímulo para que a América Latina fosse incorporada ao comércio internacional.

Na verdade, à proporção que o mercado mundial ganha contornos mais desenvolvidos, a exploração internacional que se reflete na reprodução de relações econômicas propagam e ampliam o atraso e a debilidade desses Estados. Assim, observa-se o mesmo fenômeno recorrente no interior das economias industriais que gira em torno do uso da força para submeter os trabalhadores ao império do capital diminuir à medida que se iniciam mecanismos econômicos que concretizam essa subordinação. O autor mostra ainda que essa expansão do mercado mundial é a base da divisão internacional do trabalho, tanto nas nações industriais como nas não industriais, porém a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. Esse desenvolvimento das relações abre espaço para uma melhor aplicação da lei do valor, mas, por outro lado, cria condições para que diversos mecanismos de capital tentem burlá-la.

Na teoria, o comércio de mercadorias equivale a troca de equivalentes, na qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, existem mecanismos distintos que possibilitam transferências de valor, que se refletem na forma como os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias são fixados. Na primeira suposição, as transferências equivalem a aplicações específicas das leis de troca; enquanto no segundo, são adotados mais claramente a essência de transgressão dessas leis (MARINI, 2000).

Assim sendo, a economia de um país pode apresentar preços de produção inferiores aos preços do concorrente, devido a uma maior produtividade do trabalho, sem que para isso, seja necessário diminuir os preços de mercado. Para o país favorecido, isso representa um lucro extraordinário. É natural que esse fenômeno seja recorrente no cenário da concorrência entre nações industriais e menos nas nações que produzem essencialmente bens primários, uma vez que, entre as primeiras nações as leis capitalistas da troca são exercidas mais plenamente do que entre as segundas (MARINI, 2000).

No caso das transações de economias que trocam distintas classes de mercadoria, como manufaturas e matérias primas, o fato de que algumas produzem bens que não sejam produzidos por

outras, possibilita que essas nações vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, o que configura uma troca desigual. Segundo o autor:

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2000, p.121).

Nesse sentido, Carcanholo (2013) afirma que essa é uma característica da situação das nações dependentes. Em outras palavras, pode-se dizer que essa situação é caracterizada pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas sim nas economias centrais, integrando então a dinâmica de acumulação de capital das economias centrais e não das economias dependentes. Assim sendo, é esse o processo de transferência de mais valor que ficou conhecido como troca desigual.

De acordo com Marini (2000), diante desse mecanismo de transferência de valor é possível identificar, no nível das relações internacionais, um mecanismo de compensação. Esse mecanismo se refere ao incremento de valor trocado pela nação desfavorecida e pode ser verificado tanto no plano de troca de produtos similares, quanto na troca de produtos originados em esferas distintas de produção. Para Carcanholo (2013), esta segunda possibilidade (que leva em consideração capitais distintos produzindo uma mesma mercadoria com diferentes graus de produtividade) implica que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, segundo o tempo de trabalho socialmente despendido na produção, os capitais que apresentam produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado apropriando-se, assim, de uma mais-valia maior do que aquela que eles mesmos produziram: a mais-valia extraordinária.

Diante disso, tem-se que o aumento da massa de valor produzida implica, necessariamente, em uma maior exploração da força de trabalho, ora pelo aumento de sua intensidade, ora pela ampliação da jornada de trabalho. Ambos contribuem para aumentar a massa de valor e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de dinheiro obtida por meio da troca. É esse o ponto que esclarece a ideia de que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção (MARINI, 2000).

No geral, o que se vê é que as nações desfavorecidas por essa troca não buscam uma correção do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar uma parte da renda gerada pelo comércio por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Ou seja, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia gerada mediante a exploração de trabalho no interior de cada país. Nesse sentido, a transferência de

valor é uma transferência de mais-valia que opera na nação desfavorecida, e se apresenta como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro (MARINI, 2000).

A noção de troca desigual evidencia o processo de superexploração do trabalho, tanto pelo aumento da jornada de trabalho, tanto pelo aumento da intensidade e pelo arrocho salarial. Dessa maneira, esse mecanismo de transferência de valor no plano do comércio mundial e a remessa de (mais) valor para os países centrais são considerados componentes estruturais da dependência.

Carcanholo (2013) considera que Rui Mauro Marini, ao desenvolver essa ideia de troca desigual no cenário do comércio mundial, faz referência a três mecanismos que se referem a níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. Um primeiro nível, admitindo que distintos capitais produzem uma mesma mercadoria apresentando diferentes graus de produtividade, envolve a noção de que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Já que a mercadoria é vendida seguindo o tempo de trabalho necessário, os capitais com produtividade elevada vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, assim, de uma mais-valia além daquela que eles mesmos produziram, definida como a mais-valia extraordinária. Dessa maneira, nesse nível de abstração mais elevado, tem-se que as economias compostas de capitais com produtividade abaixo da média mundial tendem a produzir mais valor do que conseguem se apropriar. Esse desnível na produtividade permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes que é apropriada e acumulada nas economias centrais.

Um segundo mecanismo se dá em termos de um nível de abstração menor nas trocas do comércio. De acordo com Marx (2013), quando se considera a concorrência entre diferentes esferas de produção, tem-se o surgimento de um lucro extraordinário para os setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Como os capitais das economias dependentes tendem a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes que será apropriada pelos capitais nas economias centrais. Marini relaciona esse mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição do capital pelos capitais operantes nas economias centrais (CARCANHOLO, 2013).

Todavia, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado. Por esse meio se dá um terceiro mecanismo de transferência de valor. Quando um capital tem um grau de monopólio isso permite que este mantenha, temporariamente, volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam acima dos preços de produção, esses capitais tendem a se apropriar de um lucro acima do médio, em outras palavras, um valor apropriado além do que aquele que foi produzido por esses capitais (CARCANHOLO, 2013).

Carcanholo (2013) entende que a junção desses três mecanismos no plano do comércio mundial define o componente estrutural da dependência. Economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média, também tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Em suma, pode-se assim considerar a transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional - troca desigual - e a remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamentos de juros, transferência de capital) como os elementos que definem os condicionantes estruturais da dependência.

No geral, considera-se que a situação de dependente se caracteriza pelo fato do mais valor produzido nessa economia não é apropriado nela, mas sim nas economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação destas. Esse processo de transferência de valor foi o que ficou conhecido como troca desigual. Além disso, a transferência de valores dos países dependentes para países centrais é o processo responsável pela superexploração dos trabalhadores desses países, ao passo que, ao terem seus lucros desviados no plano de comércio internacional, os capitalistas dos países dependentes acabam por extrair parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada dos trabalhadores não remunerada. Dessa maneira, a transferência de valor assume papel fundamental na condição de dependência dos países da América Latina analisados, uma vez que, é devido a ela que tais países não conseguem se desenvolver.

Assim, a questão criada pela troca desigual para a América Latina é compensar⁶ a perda de mais-valia. Como a economia dependente é incapaz de impedir esse mecanismo no nível das relações de mercado, sua reação é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho, ou aumento da mais-valia, é o reflexo de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia absoluta, ou seja, aumenta-se o tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do seu limite normal, por meio do qual o consumo do operário se converte em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000).

⁶Além das formas de compensação já tratadas aqui, deve-se destacar o papel do subimperialismo que atua como um segundo mecanismo de compensação das perdas sofridas nas relações entre economias periféricas e as centrais. O processo de internacionalização da indústria manufatureira tende a beneficiar países com indústria de bens de consumo, o que amplia o exército industrial de reserva, mecanismo que, por sua vez, facilita os outros mecanismos de superexploração da força de trabalho (exploração tende a ser intensificada com o aumento do número de trabalhadores na reserva). O subimperialismo seria aquilo que Marini define como centros medianos de acumulação, ao passo que, desenrolam-se relações subimperialistas dentro do campo dependente, porém sem que ocorra a superação da dependência.

Esses três elementos, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a exclusão de parte do trabalho necessário ao sujeito explorado para repor sua força de trabalho; caracterizam um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva. Essa ideia, além de ser condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia dos países latino-americanos, diz respeito também aos tipos de atividades que aqui são realizadas. Nessas circunstâncias, a atividade produtiva gira em torno do uso extensivo e intensivo da força de trabalho, uma vez que isso possibilita uma baixa composição-valor do capital que, somado com a intensificação da exploração do trabalho, culmina em uma elevação das taxas de mais-valia e das taxas de lucro (MARINI, 2000). Em outras palavras, no cenário capitalista, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e, por isso, correspondem a superexploração do trabalho.

A superioridade do capitalismo⁷ sobre as demais formas de produção mercantil reside no fato de que o que se transforma em mercadoria não é o trabalhador, como na escravidão, mas sim sua força de trabalho, ou seja, o tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção. Todavia, Marini (2000) não tem o objetivo de estudar as formas econômicas que existiam na América Latina, como o trabalho escravo, antes que se iniciasse efetivamente a etapa capitalista de produção. O que o autor pretende é analisar a formação do capitalismo dependente, desde a circulação até a produção, a vinculação ao mercado mundial e quais impactos isso acarreta sobre a organização interna do trabalho.

Conforme o capital cria seu próprio modo de circulação, disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista. Caso a região da América Latina seja convertida em um centro produtor de capital, ela deve criar seu próprio modo de circulação que seria distinto daquele que criou condições para a dependência (MARINI, 2000).

Em suma, tem-se que o autor objetivou caracterizar a superexploração do trabalho, sobretudo no cenário latino-americanos, como um outro componente da dependência. Ainda no mesmo tópico, Marini evidenciou na economia dos países dessa região a presença de um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva.

Carcanholo (2013) aponta que essa superexploração da força de trabalho⁸, que redundava em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor e no aumento da jornada de trabalho, produz, na economia dependente uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, tal

⁷Segundo Marini (2000), a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho. Por essa via, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão.

⁸Para Amaral e Carcanholo (2009) existem quatro formas principais de superexploração do trabalho. A saber: aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada de trabalho, apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador e ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

como a intensificação das mazelas sociais. Diante disso, com a literatura até então apresentada, podem ser apresentados os seguintes componentes da dependência: transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio mundial - troca desigual-, remessa de mais valor para as economias centrais sob outras formas (lucro, royalties, dividendos), superexploração da força de trabalho, alta concentração de renda e riqueza, e agravamento dos problemas sociais.

A próxima seção irá apresentar de que maneira esses componentes da dependência foram utilizados para a construção do Índice de Dependência Econômica da Argentina, Brasil e Chile de 1990 a 2014.

3 Metodologia

Quando o economista indiano Amartya Sen foi convidado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq com o desejo de criar um indicador sintético que fosse capaz de fornecer uma espécie de mensuração do desenvolvimento que incorporasse os aspectos sociais da vida humana, a oposição de Sen já era de se esperar. Para o indiano, desenvolvimento seria justamente a expansão das liberdades substantivas e, sendo assim, um indicador sintético não seria uma boa representação. Todavia, Mahbub Ul Haq acreditava fielmente que um índice desse tipo seria viável já que suscitaria mais interesse pelas demais variáveis que o indicador engloba. Foi assim que nasceu o Índice de Desenvolvimento Humano (DA VEIGA, 2010).

É importante ressaltar que a dependência envolve muito aspectos, além dos econômicos. Este fenômeno aparece interligado a aspectos históricos, geopolíticos, culturais e sociais, podendo ser considerado assim como multidimensional. Todavia, os métodos utilizados para a análise da dependência são, até então, congêneres. Além disso, a discussão marxista em si apresenta um nível de abstração elevado. Por esses motivos torna-se instigante a busca por uma quantificação da dependência seguindo seus aspectos econômicos. Essa mensuração se faz relevante já que inexistente uma medida de parâmetro para a situação de dependência. Ao esse fenômeno economicamente mensurável, o objetivo engloba o despertar de um olhar mais crítico para o fenômeno em seu sentido amplo ao suscitar interesse pelas demais variáveis desse fenômeno.

A fim de tornar viável a quantificação econômica da dependência, esta pesquisa propõe a criação de um índice que se fundamenta nos pressupostos da teoria marxista. Sendo assim, o índice foi composto de subindicadores que, apontados pela literatura existente, representam os componentes da dependência.

Para tanto, foi utilizada a metodologia de Quintela (2011). Essa autora, ao propor a elaboração de um índice evidenciou que um indicador composto por outras variáveis busca captar, de forma agregada, os múltiplos resultados gerados por uma ação. Por essa via, esse indicador é útil

para identificar o resultado produzido, ou produto gerado, como sendo composto por um conjunto de resultados pontuais e específicos.

Para obter essa medida sintética de dependência, este trabalho propõe a agregação de um conjunto de subindicadores da dependência, a partir da consideração dos estudos da Teoria Marxista da Dependência existentes. Os autores dessa teoria admitiram que a dependência de uma economia está condicionada, entre outros aspectos, a valores de certos indicadores econômicos e sociais. Dessa forma, um Índice de Dependência Econômica (*IDE*) pode ser composto por subindicadores socioeconômicos igualmente ponderados.

Na análise da Teoria Marxista da Dependência, feita anteriormente, foram apresentados os componentes desse fenômeno. Estes são: (I) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional; (II) remessa de (mais) valor para as economias centrais sob outras formas (como pagamento de juros, amortização de dívidas, pagamento de royalties e transferência de capital); (III) Superexploração do trabalho; (IV) Concentração de renda e de riqueza; (V) Agravamento das mazelas sociais. Estes fenômenos que caracterizam a condição de dependência serão detalhados a seguir.

I Transferência de valor no plano do comércio mundial

Seguindo a definição de Carcanholo (2013), o processo de transferência de valor (que ficou conhecido como troca desigual) caracteriza a situação dependente pelo fato de que uma parte do mais valor produzido nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, passando a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, não das primeiras. Carcanholo (2008) evidencia que, nas regiões periféricas, a extração do excedente se dá por meio dos fluxos comerciais.

Sendo assim foram utilizados dados de exportação e importação de bens e serviços, ambos em proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Esses dados foram obtidos do Banco Mundial. Carcanholo (2013) e Pereira (2017) corroboram com essa ideia ao evidenciar que uma das formas como se configura esse mecanismo ocorre quando empresas de diferentes ramos, com variadas composições orgânicas de capital e diferentes produtividades colocam seus produtos no mercado mundial.

II. Remessa de (mais) valor para as economias centrais sob outras formas

a) Por meio de ações governamentais.

De acordo com Pereira (2017) a remessa de mais valor através de outras formas ocorre através das operações do governo, nas quais este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros (o que aumenta a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora). Amaral e Carcanholo (2009) evidenciam que parte do excedente gerado nos

países periféricos é enviada para os centros sob outras formas tais como: capital, lucros, juros, patentes, royalties, investimento estrangeiro direto, dentre outras. Diante disso, foram utilizados indicadores de operações do governo como o pagamento de juros como proporção do PIB (em milhões de US\$) e a transferência líquida de recursos também como proporção do PIB (em milhões de US\$).

O pagamento de juros e a transferência líquida de recursos foram extraídos do balanço de pagamentos de cada país a partir das publicações estatísticas da CEPAL. Ambos os dados estavam em milhões de US\$ e foram padronizados em relação ao PIB total anual a preços correntes, que também foi extraído da mesma fonte de dados.

b) Por meio de ações dos capitalistas individuais

Os terceiro atores nesta proposta de classificação são os capitalistas individuais, investidores particulares residentes e estrangeiros que aplicam seu capital no país e transferem as rendas obtidas para o exterior, o que impede que os lucros gerados permaneçam no território onde foram gerados e que sejam reinvestidos para seu desenvolvimento no país de origem.

Como foi dito anteriormente, Carcanholo (2008) evidencia que, diante do atual aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, outros mecanismos de transferência de valor, além do comércio mundial de mercadorias, merecem destaque. O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete a valor criado na periferia para o centro (CARCANHOLO, 2008). Assim, foi utilizado o Investimento Direto Estrangeiro (fluxo para fora e para dentro). Ambos os dados estão como proporção do PIB de cada economia e foram extraídos do Banco Mundial. De acordo com a definição da própria base de dados, o Investimento Direto Estrangeiro se refere aos fluxos diretos de investimentos em uma economia (É a soma do capital acionário, reinvestimento de lucros e outros capitais). O Investimento Direto Estrangeiro, com fluxo para dentro mostra a entrada líquida na economia reportada pelos investidores estrangeiros e é dividida pelo PIB. Já o fluxo para fora, mostra a saída líquida de investimento da economia para o resto do mundo e também foi dividida pelo PIB.

III. Superexploração do trabalho

Na discussão teórica foi visto que a superexploração do trabalho é apresentada como um dos componentes da dependência na vertente marxista da teoria. Ainda que a superexploração da força de trabalho seja uma característica própria das economias periféricas dependentes, vale lembrar que o aumento da taxa de mais-valia é um mecanismo intrínseco da lógica do funcionamento do sistema capitalista, tanto nas economias centrais como nas economias periféricas.

De acordo com Marini (2000), o aumento da mais-valia é o reflexo de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia

absoluta, ou seja, um aumento do tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do seu limite normal, por meio do qual esse consumo se converteria em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente.

Diante disso, a fim de representar esse componente da dependência, foi utilizada a média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada para cada país em análise, no período que compreende os anos de 1990 até 2014. Os dados foram extraídos do *Penn World Table* (PWT), o principal banco de dados com informações sobre os níveis relativos de renda, produção, insumo e produtividade do site Angus Maddison Historical Statistics⁹. Os dados foram extraídos da versão mais recente, PWT 9.0, lançada em junho de 2016 e a periodicidade dos anos é anual.

IV. Concentração de renda e de riqueza

De acordo com a definição de Carcanholo (2008) entende-se como economia periférica aquele país que apresenta, no geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes, baixa capacidade de resistência diante de choques externos e altas concentrações de renda e riqueza. Neste momento, a discussão irá girar em torno da concentração de renda e de riqueza, um dos componentes da dependência.

Carcanholo (2013) destaca que a superexploração do trabalho, ao culminar em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor, acaba por produzir, na economia dependente, uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza. Diante disso, para este componente da dependência o indicador proposto para representá-lo é o índice de Gini.

Os dados do índice de Gini foram extraídos do Banco Mundial e a periodicidade dos dados é anual. A unidade de medida é a porcentagem. O índice de Gini, de acordo com a própria base de dados, fornece uma medida resumida conveniente do grau de desigualdade. Os dados sobre a distribuição de renda ou consumo provêm de pesquisas domiciliares nacionalmente representativas. Os dados de distribuição de renda foram ajustados para o tamanho das famílias, fornecendo uma medida mais consistente de renda ou consumo per capita.

V. Agravamento das mazelas sociais

Além de uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, o fato da superexploração da força de trabalho implicar em um pagamento de salário ao sujeito trabalhador abaixo do seu valor, produz a intensificação das mazelas sociais (CARCANHOLO, 2013). Esse mecanismo aprofunda uma característica inerente a qualquer economia capitalista. Diante disso e, a fim de representar de

⁹O projeto Maddison foi iniciado em março de 2010 por um grupo de colegas próximos de Angus Maddison, com objetivo de apoiar uma forma eficaz de cooperação entre os acadêmicos para continuar o trabalho de Maddison em medir o desempenho econômico de diferentes regiões e períodos.

uma forma geral os problemas sociais, para este componente serão indicados a taxa de desemprego e a incidência de pobreza, seguindo o critério da renda.

A taxa de desemprego foi retirada da base de dados e publicações estatísticas da CEPAL. De acordo com informações retiradas na própria base de dados, a população desempregada é representada pelos indivíduos que procuraram emprego e que integram a população economicamente ativa (PEA). A CEPAL oferece a taxa anual média e a metodologia segue o cálculo da percentagem da população desempregada em relação à população economicamente ativa.

Os dados referentes ao índice de incidência da pobreza (ganhos abaixo de US\$ 3,20 por dia) foram retirados do Banco Mundial. De acordo com a definição do Banco Mundial o hiato da pobreza em US\$ 3,20 por dia representa o déficit médio na renda ou consumo da linha de pobreza US\$ 3,20 por dia, expresso como uma porcentagem da linha de pobreza. A unidade de medida é a porcentagem e a periodicidade dos dados é anual.

3 1 Índice de Dependência Econômica (IDE)

Seguindo a metodologia de Quintela (2011) a forma proposta para a identificação do *IDE* dos países da América Latina, pode ser observada a seguir:

$$IDE_{it} = \sum_{k=1}^k \mu_k \cdot \frac{I_k}{\bar{I}_k}, \quad IDE_{it} = f(I_1, \dots, I_k), \quad IDE_{it} > 0, \quad (1)$$

em que k é o número de subindicadores (I) relevantes para a composição da dependência (i) no país de análise, no período (t). Para obter essa medida sintética da situação de economia dependente, em cada país, seria interessante então, agregar o conjunto de subindicadores para cada economia. Dessa forma, o *IDE* do país i , seria calculado pelo somatório ponderado dos subindicadores (I_k) que o compõem, dividido pela média nacional do referido subindicador (\bar{I}_k), no ano em questão (t).

A diferença do resultado do *IDE*, em cada país, seria expressa pela melhora dos valores dos subindicadores econômicos (I_k) que compuserem o *IDE* de cada um dos países. Ou seja, a contribuição de cada um dos subindicadores (I_k) no IDE_i calculado para cada lugar seria explicada por

$$\Delta IDE_i = \sum_{k=1}^k \frac{\partial f}{\partial I_k} \Delta I_k \quad (2)$$

Dessa forma, seguindo o trabalho de Afonso *et al.* (2005), definiu-se a mesma ponderação para cada subindicador. A atribuição de pesos iguais para todos os subindicadores deve-se ao fato de que, determinar maior ou menor grau de importância especificamente para um, seria algo, a princípio, completamente aleatório. Dessa maneira, um *IDE* composto, por exemplo, por dois

subindicadores, cada subindicador teria um peso igual 50%, em um *IDE* composto por 4 subindicadores, cada um deste teria peso igual a 25% e assim sucessivamente. Assim, de acordo com Quintela (2011)

$$\sum \mu_K = 1 \quad (3)$$

Assim, na elaboração do *IDE*, a fim de se distribuir a ponderação igualmente entre os componentes, ficou estabelecido que, cada componente terá um peso de 0,2; já que totalizam 5 componentes. Isto quer dizer que o peso total foi distribuído igualmente entre cada um dos 5 componentes. Todavia, cada componente agrega uma quantidade diferente de indicadores. Por exemplo: a superexploração da força de trabalho é representada apenas por 1 - média anual da jornada de trabalho – enquanto a transferência de valor no plano do comércio mundial agrega 2 indicadores – exportação e importação de bens e serviços. Diante disso, dentro de cada componente, foi distribuído o peso de 0,2 entre os indicadores, mantendo a ponderação igual. Isso significa que a exportação e a importação recebem o peso de 0,1 cada e a média anual da jornada de trabalho recebe 0,2, por ser a única dentro de um componente.

A composição de cada *IDE* considera subindicadores que representam a condição de dependência, direta ou indiretamente. A escolha dos subindicadores, utilizados neste trabalho, foi determinada partindo da relevância destes dentro do contexto de cada componente da situação de dependente das economias periféricas e pela disponibilidade das séries históricas no período de 1990 a 2014.

4 Resultados e Discussão

Nesta seção serão apresentados os Índices de Dependência Econômica para Argentina, Brasil e Chile. O gráfico 1 apresenta o *IDE* para a Argentina de 1992 a 2014.

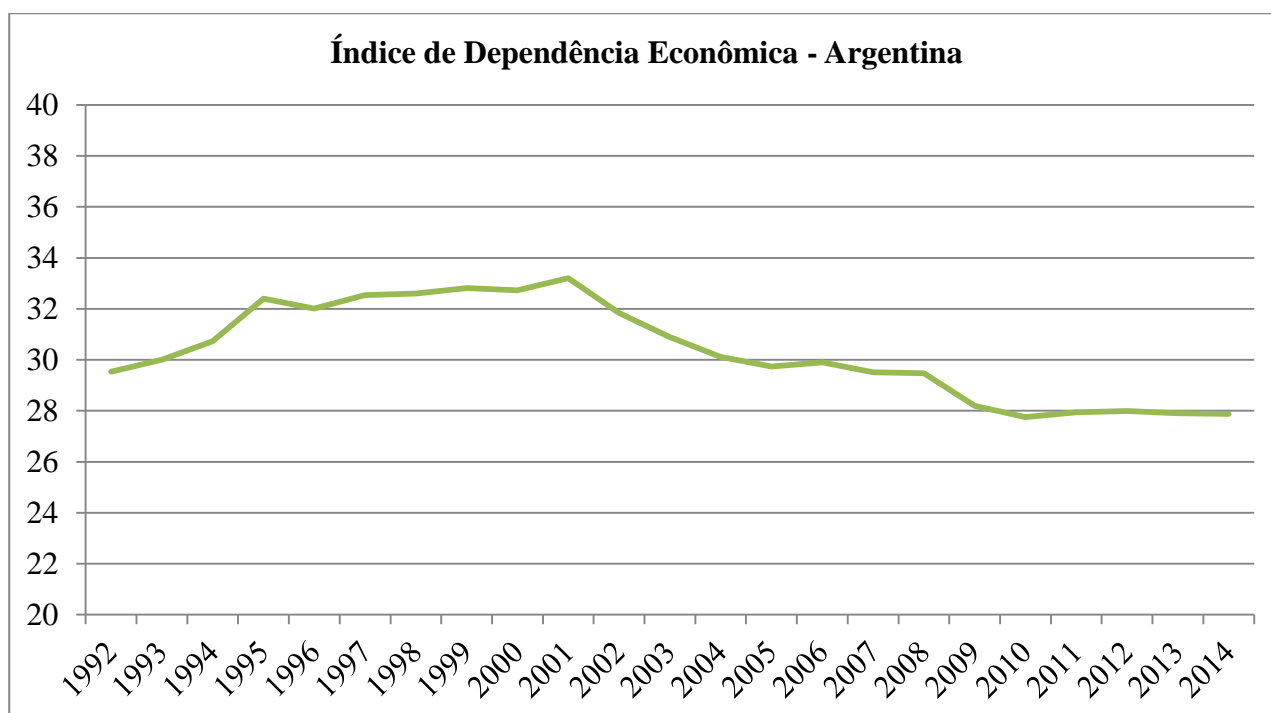


Gráfico 1. Índice de Dependência Econômica da Argentina. 1992 a 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelo gráfico 1 pode-se observar que a dependência econômica da Argentina aumentou na década de 1990 e se reduziu a partir do ano de 2001. Durante a década de 1990 a Argentina estreitou as relações econômicas com os EUA, aprofundou as políticas liberalizantes e adotou uma política de maior especialização produtiva no modelo agroexportador. O principal pilar da política argentina nesse período foi a aceitação do paradigma neoliberal conforme o “Consenso de Washington”¹⁰. Segundo Vadell (2006) o presidente Carlos Menem implementou um dos mais ousados programas de reformas liberalizantes pró-mercado com base nas seguintes políticas: privatização das empresas públicas; abertura comercial; liberalização financeira, além da flexibilização das leis trabalhistas.

Esses processos culminaram com o colapso da economia argentina em dezembro de 2001. Segundo Vadell (2006) a nova estratégia política e econômica, implementada posteriormente (principalmente em 2005 com Nestor Kirchner), pretendeu se afastar dos princípios imperantes na década de 1990, imbuída dos princípios econômicos liberais. Na Argentina de pós-crise, a política regional foi colocada no plano prioritário, elevando os vínculos com o Brasil ao status de relações estratégicas. Além disso, houve maior participação do Estado nas relações econômicas.

¹⁰O neoliberalismo econômico foi apresentado pelos centros de poder mundial (os EUA, as instituições econômicas internacionais, grandes bancos, corporações transnacionais, e investidores financeiros) como a solução para todos os problemas dos países subdesenvolvidos. (VADELL, 2006). Representantes desses centros se reuniram em Washington em 1989 e criaram um receituário de políticas econômicas liberalizantes a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Dentre as recomendações constava a privatização, maior abertura externa e estabilização macroeconômica.

Sendo assim, a década de 1990 e os anos 2000 representam períodos distintos na economia da Argentina. Na primeira década houve o aprofundamento das políticas neoliberais, ao passo que, na segunda década percebe-se uma maior aproximação do país com o Brasil, além de uma maior participação do Estado nas relações econômicas. O gráfico 2 apresenta o Índice de Dependência Econômica do Brasil de 1990 a 2014.

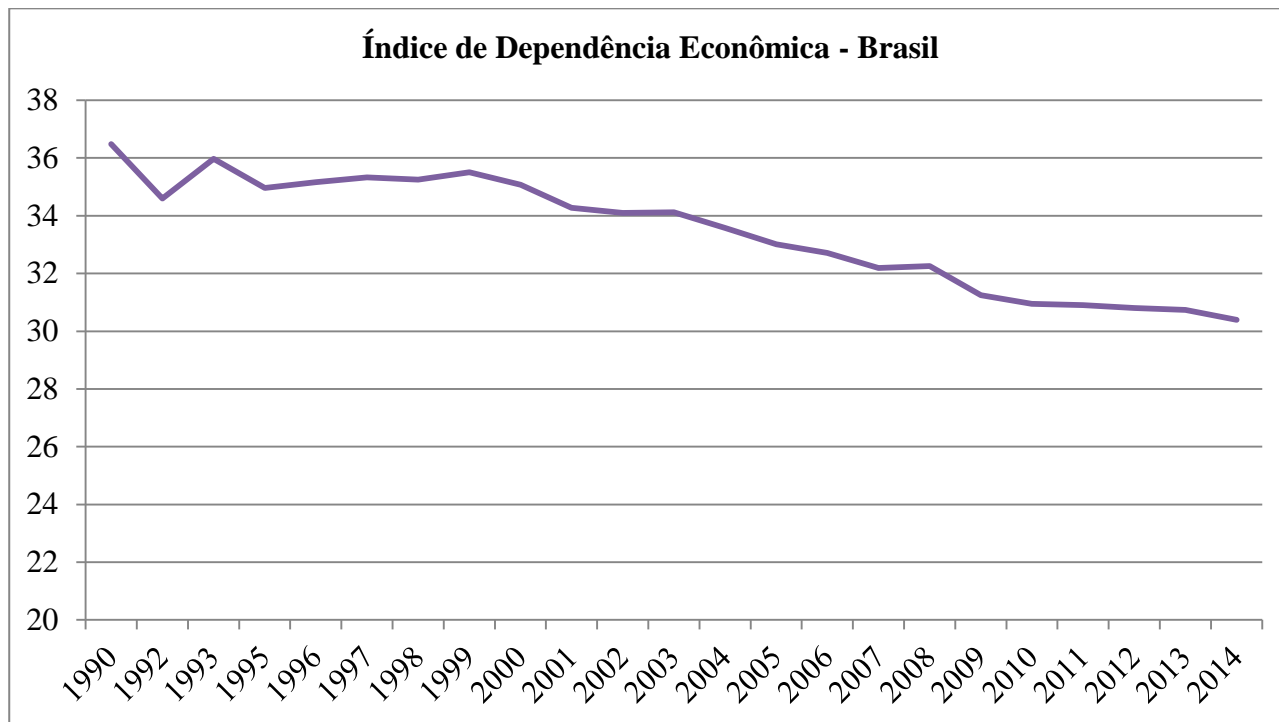


Gráfico 2. Índice de Dependência Econômica do Brasil. 1990 a 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelo gráfico 2 pode-se observar que o IDE brasileiro se manteve praticamente estável durante os anos 1990 (em 35) e, a partir dos anos 2000 ele se reduziu gradativamente para 30 em 2014. A década de 1990 no Brasil foi marcada pela adoção das políticas neoliberais com um amplo processo de privatização das empresas nacionais, de abertura externa e de liberalização comercial e financeira. A estratégia de estabilização da inflação via Plano Real aumentou o grau de dependência externa e de vulnerabilidade econômica pelo aumento das importações e da entrada de capital externo para financiar o Balanço de Pagamento.

Nos anos 2000 foi mantida a opção neoliberal de desenvolvimento, além de uma política econômica que prioriza o controle da inflação em detrimento do emprego e do crescimento econômico. No entanto, apesar de não ter ocorrido mudanças em marcos estruturais neoliberais, essa década foi caracterizada por um maior crescimento econômico (em relação à década de 1990) e pelo estreitamento das relações econômicas do Brasil com o Mercosul, além da adoção de políticas sociais. O gráfico 3 apresenta a trajetória do IDE para o Chile de 1990 a 2013.

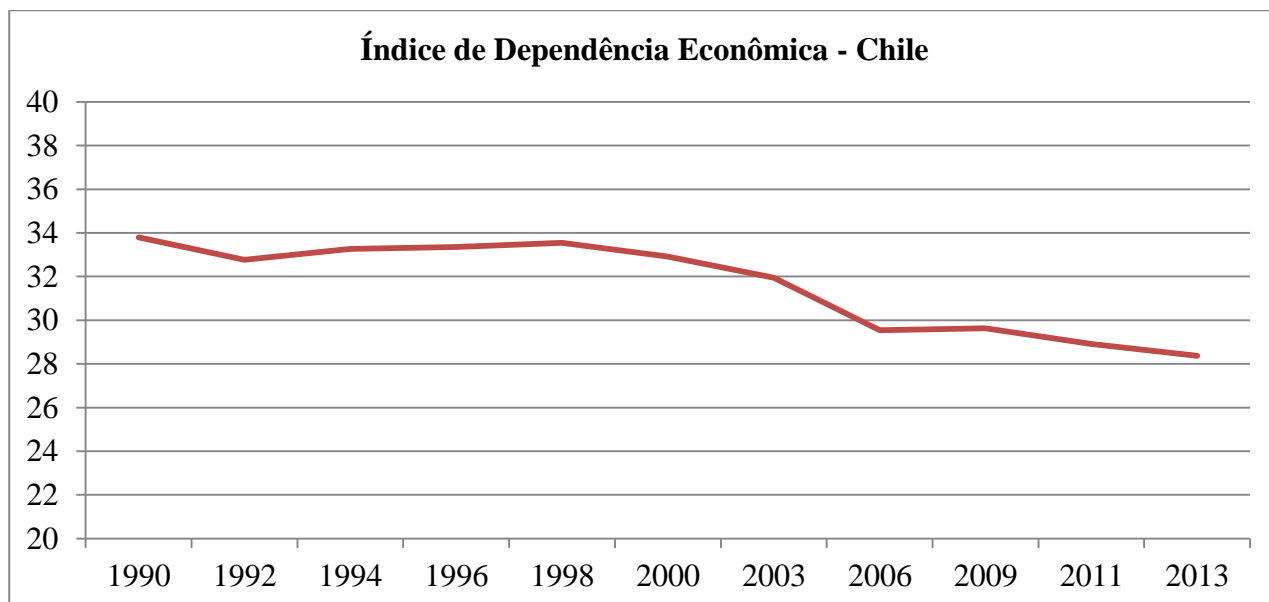


Gráfico 3. Índice de Dependência Econômica do Chile. 1990 a 2013.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O Chile foi o primeiro país a adotar o neoliberalismo, já nos anos 1970, durante o governo Pinochet. A década de 1990 no Chile foi marcada pela continuidade das políticas neoliberais, com um amplo processo de privatizações, de desregulamentação e de atração de capital externo. Vigorou o caráter ortodoxo das políticas econômicas, além da realização de reformas estruturais neoliberais com cortes de despesas nas áreas sociais e de repressão sindical. O Chile se consolidou nesse período como exportador de commodities e importador de produtos com alto grau de tecnologia.

De acordo com Carcanholo (2011), do ponto de vista comercial, os acordos que o Chile firmou nos anos 2000 aprofundaram a estratégia de abertura externa. Além disso, foi mantida a política de altas taxas de juros para atração do capital externo, o que culminou no aprofundamento da vulnerabilidade externa da economia chilena. Segundo o autor, essa vulnerabilidade define um piso para a redução da taxa de juros definindo uma restrição ao crescimento econômico. Esta restrição é agravada pela redução do gasto público em virtude da política fiscal austera e da concentração de renda.

Desta forma, a economia chilena manteve as diretrizes neoliberais de desenvolvimento econômico durante a década de 1990 e a partir dos anos 2000. No entanto, os efeitos que a adoção do receituário neoliberal produziu na economia chilena é alvo de debates. Autores como Carcanholo (2011) advogam que o neoliberalismo aprofundou a vulnerabilidade externa o que gerou restrições ao crescimento econômico, ao passo que, defensores do neoliberalismo apontam a experiência do Chile como um exemplo a ser seguido. O gráfico 4 apresenta o IDE estático para Argentina, Brasil e Chile.

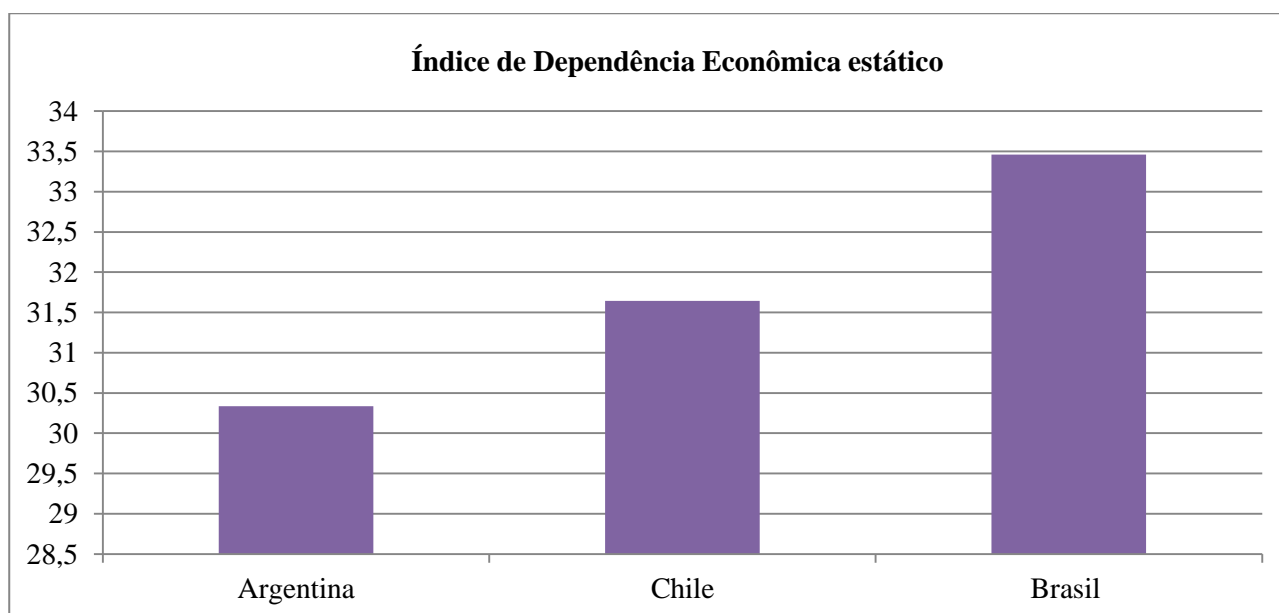


Gráfico 4. Índice Estático de Dependência Econômica da Argentina, Chile e do Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelo gráfico 4 pode-se observar que o grau de dependência da economia brasileira é maior que o de Chile e de Argentina. O IDE brasileiro é de 33,4, ao passo que o do Chile é de 31,7 e o da Argentina de 30,4. Como já apresentado, o período de 1990 a 2014 na economia brasileira é caracterizado pela adoção do neoliberalismo nos moldes do Consenso de Washington. Esse período na Argentina é um pouco distinto: apesar do país não ter rompido com o neoliberalismo vivenciado na década de 1990, adotou políticas econômicas de maior proteção da economia e de maior participação do Estado a partir dos anos 2000. Já o Chile, por sua vez, conhecido como o berço do neoliberalismo, se caracterizou, durante todo o período, pela adoção do receituário neoliberal.

5 Considerações Finais

A Teoria da Dependência surgiu como uma crítica à ideia tradicional de que o desenvolvimento é um processo evolutivo. Segundo essa teoria, a dependência (que é um fenômeno próprio do capitalismo) pode ser definida como uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento de outra, ou seja, quando há uma relação de subordinação entre nações que são formalmente independentes.

A vertente Marxista da Teoria da Dependência advoga que há transferência de valor das economias subdesenvolvidas para as desenvolvidas sob as mais diversas formas, culminando para o fenômeno da superexploração do trabalho. Esse fenômeno ocorre para que o excedente produzido na periferia (e apropriado pelas economias centrais) seja cada vez maior. As consequências desse processo é um agravamento das mazelas sociais nos países subdesenvolvidos.

Com o intuito de medir o grau de dependência da América Latina foi construído o Índice de Dependência Econômica utilizando indicadores que podem definir a dependência segundo orientações teóricas marxistas. O IDE foi calculado com base na metodologia de Quintela (2011) para a Argentina, Brasil e Chile de 1990 a 2014. Os resultados apontaram que o grau de dependência econômica desses países aumentou durante os anos 1990 e se reduziu a partir dos anos 2000.

A década de 1990 se caracterizou nesses países pela implementação das recomendações do receituário neoliberal, tal como recomenda o Consenso de Washington. Foi uma década caracterizada, portanto, pelo aumento do grau de abertura da economia e pelas privatizações. A partir dos anos 2000 os três países deram continuidade ao projeto neoliberal de desenvolvimento econômico, mas na Argentina e no Brasil, houve um aumento participação do Estado na economia e a implementação de políticas sociais.

6 Referências

AFONSO, Antonio; SCHUKNECHT, Ludger; TANZI, Vito. **Public sector efficiency: an international comparison**. Public choice, v. 123, n. 3-4, p. 321-347, 2005.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Total GDP 2002. World Bank, July 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, 2008.

_____, Marcelo Dias. A Falsa via Chilena: lógica, contradições e limites do modelo. **Revista Soc. Econ. Política**, n.15, 2011.

_____, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência The current critical retrieval of the marxist theory of dependence. **Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CEPALSTAT. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Acesso em: Novembro de 2018.

DA VEIGA, José Eli. Como pode ser medido o desenvolvimento. In **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2010.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoría de la dependencia**. Balance y perspectivas, México, Plaza y Janés, 2000.

_____, Theotonio. Teoria da Dependência - balanço e perspectivas. **Obras escolhidas**. v.1. Florianópolis: Insular. Reedição ampliada e atualizada, 2015.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. **V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP**, 2007.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999.

Maddison Historical Statistics. Historical Development. University of Groningen (Estatísticas Históricas de Maddison. Acesso em: Novembro de 2018.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Editora Vozes Ltda, 2000.

MARX, K. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa. In **O Capital**. Editora Civilização Brasileira, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, 21ª Edição, Vol.2, Rio de Janeiro, 2006.

_____, K. A lei geral da acumulação capitalista. In **O Capital**. Editora Civilização Brasileira, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, 21ª Edição, Vol.2, Rio de Janeiro, 2006.

_____, K. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Lilian Prado. **Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015)**. São Paulo: USP/PROLAM, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2017.

QUINTELA, Mirelle Cristina de Abreu. **Gasto público social dos estados sociais brasileiros: um estudo sob a ótica da eficiência técnica**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. 2011.

VADELL, Javier, Alberto. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Nestor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 49, n. 1. p. 194 – 214, 2006.